

**CONTRIBUTO PARA UMA ANÁLISE INTEGRADA  
DO CONFLITO EM CABO DELGADO.**

**Em processo o estabelecimento de um Estado militar,  
com o risco de um Estado falhado, nas zonas de conflito?**

**João Mosca**

## **1. INTRODUÇÃO**

Este texto procura analisar, de forma geral, a evolução da situação militar, política e social em Cabo Delgado. Apresenta-se, sumariamente, os antecedentes e contexto do conflito, a evolução do conflito, um resumo das principais perspectivas de análise e, finalmente, algumas lições.

## **2. ANTECEDENTES E CONTEXTO**

Parece não existirem dúvidas acerca dos seguintes aspectos:

- O conflito é supranacional, possui ligações/ramificações regionais (Somália, Tanzânia e República do Congo) e internacionais (Estado Islâmico e seus financiadores com interesses, sobretudo, na geoestratégia do petróleo - USA, países árabes e, principalmente, a Arábia Saudita e Rússia) que procuram ter presença e dominar, a longo prazo, de formas diversas, as principais fontes de recursos energéticos.
- Havia conhecimento, há bastantes anos, antes da implosão do conflito, sobre a saída de jovens para alguns países islâmicos, para treino militar e doutrinamento islâmico na sua vertente mais radical. Era falsa a notícia que existiam campos de treino em Nampula?
- Sabia-se que jovens realizavam actividades de mobilização e contestação às autoridades locais e, inclusivamente junto da comunidade islâmica, consideradas, possivelmente, de não-radical ou aliadas do poder local.
- Não existiam dúvidas que algumas zonas de Cabo Delgado votavam, em quase todas as eleições, predominantemente na Renamo, o que revela desagrado, contestação e, possivelmente, revolta em relação ao poder de Estado e suas representações locais. Existe alguma relação entre estas zonas e a dominância de naturais e residentes predominantemente macuas e mwanis.
- Há evidências de alguma alteração das hierarquias étnicas nas instituições (macuas, macondes e mwanis), antes e depois da independência, em consequência de migrações macondes para sul do planalto, ocupando cargos do poder local e acesso diferenciado a recursos, incluindo a terra, gerando conflitos.

- A pobreza em Cabo Delgado é muito mais elevada que em outras zonas do país e entre os distritos e localidades de Cabo Delgado, com alguma correlação com a dominância de residentes e naturalidade histórica das etnias.
- A zona mais abrangida pelo conflito está também identificada como um território de fluxos e tráficos diversos (droga, minerais, madeira e marfim) em que existe envolvimento de pessoas ligadas ao poder, tanto civis, como militares.

Não se pode acreditar que os serviços de informação moçambicanos, e suas conexões internacionais, não conhecessem estes e outros aspectos. Possivelmente, antes do início da eclosão da guerra em Cabo Delgado, existiriam outras prioridades, designadamente os sucessivos conflitos entre a Renamo e o Governo/Estado moçambicano e processos eleitorais.

### 3. EVOLUÇÃO DO CONFLITO

Os primeiros ataques dos insurgentes, em finais de 2017, pareciam dispersos, de violência gratuita com métodos semelhantes aos praticados pelos grupos de inspiração do islamismo radical. Essa forma de actuação parecia um misto de terror e de guerrilha, por um lado, para amedrontar a população não-apoianta e, por outro, para ensaiar a capacidade de resposta militar e política do Governo. A violência aumentou no tempo, existindo, indiscriminadamente, massacres de pessoas, supostamente não-apoiantes dos insurgentes.

O conflito iniciou-se com ataques violentos de aparente puro banditismo e roubo de alimentos e medicamentos contra pessoas e instituições do Estado. Posteriormente, surgiu (mesmo que de forma incoerente e pouco articulada), uma estratégia de filosofia reivindicativa (Estado Islâmico e anti-Estado/poder constituído), assente nas versões/interpretações que instrumentalizam a religião, como base do pensamento/filosofia mobilizadora, em regiões onde existe a predominância de população islâmica marginalizada e pobre. Surge, com maior evidência, que os ataques são mais enfocados em instituições do poder e, crescentemente, difundindo o islão em versão radical ou diferente da(s) existente(s) no país. A actuação dos insurgentes parece ter ganho apoio, mesmo que parcial, de segmentos da população, sobretudo jovens pobres e sem perspectivas de futuro. Esta pode ser a principal razão para que as acções militares se intensificassem e se alastrassem no território, incluindo para zonas tradicionalmente habitadas por macondes, considerados fiéis à Frelimo e, portanto, ao Governo. As acções militares deixaram de ser do tipo de guerrilha e violência furtuista, e passaram a ser uma guerra de ocupação temporária de territórios (o que pode indicar a existência de alguma base social de apoio).

Os vídeos de gravações de insurgentes revelam um claro objectivo contra o poder. O discurso islâmico radical é, em parte, substituído, ou complementado, com frases de revolta perante a situação de pobreza e discriminação. Esta alteração pode cativar uma

maior base de apoio, considerando as condições de vida das populações, e passar-se de um móbil religioso e de acções aparentemente de banditismo, para uma guerra civil.

Do lado governamental, assiste-se a uma extrema dificuldade de dominar os insurgentes. Primeiro, eram considerados de simples insurgentes, bandidos armados, malfeiteiros que actuavam dispersamente. Falou-se de financiamentos e apoios externos no desgastado discurso do "inimigo externo". Aceitou-se existirem financiadores internos e recrutamento, compulsivo ou não, de jovens em diferentes locais no Norte, incluindo na província de Nampula. Falou-se em desconhecer os comandos para eventuais conversações ("inimigo sem rosto"). Vieram mercenários russos que rapidamente recuaram na aventura. Depois vieram helicópteros e militares sul-africanos que realizaram uma operação relâmpago na ilha de Quirimba, diante de Palma (seria uma base logística, ou, especulava-se, poder ser o ponto de partida para eventuais ataques a plataformas no alto mar?). Não se sabe quem financiou os mercenários. O Governo mantém a opção da solução militar, mesmo havendo uma evidente dificuldade/incapacidade em ter a "situação controlada" e os insucessos das contratações desconexas de mercenários estrangeiros. Por outro lado, os insurgentes surgem fardados com uniforme e armamento do exército nacional capturados nos combates e assaltos às sedes dos distritos.

Os insurgentes atacam, sucessivamente, capitais distritais (escolas, postos de saúde, posto de polícia, quartéis), subtraem armamento e viaturas do exército e da polícia e retiram-se dos locais atacados. Regra geral, as autoridades do Estado não estão nos locais atacados. Muitos serviços públicos deixam de ser prestados. As pessoas abandonam os seus locais de residência e trabalho. A autoridade governamental é exercida por comandos militares, transformando essas partes do território em Estado militar.

Desde o início do conflito pesa um elevado custo em mortos, mutilados, deslocados dos seus locais de residência e de trabalho. A pobreza agrava-se e a incerteza da vida está presente em cada momento da sobrevivência.

As multinacionais do gás apoiam financeiramente o governo. Financiam também estudos de organizações internacionais e nacionais para melhor conhecimento dos fenómenos e para encontrar soluções que reduzam a capacidade de mobilização dos insurgentes, através de possíveis acções de apoio a iniciativas de pequenos negócios e criação de emprego. Os custos de operação crescem e alguns investimentos são adiados.

Embaixadas, organizações internacionais, órgãos de comunicação social, nacionais e internacionais, e o mundo dos negócios procuram obter informações através de vários canais.

E a guerra continua, não obstante o governo não aceitar que o conflito tenha uma natureza de guerra. Existem massacres perpetrados pelos insurgentes que, cada vez mais, actuam sem respostas firmes e eficazes das forças governamentais.

O Presidente da República desloca-se frequentemente a Cabo Delgado para reuniões com as autoridades políticas e militares, e faz deslocar as cúpulas dos ministérios da defesa e do interior para Pemba, para melhor conhecimento e intervenção. Os pronunciamentos oficiais referem, de forma não verdadeira, o controle da situação.

As forças governamentais são também acusadas de violência e não-respeito pelos direitos humanos junto das populações, jornalistas e pesquisadores.

Existem deserções e infiltração nas forças de defesa de Moçambique.

O controle silenciador da informação é quase total. Os órgãos de comunicação social, escrita e televisiva, salvo exceções, omitem/evitam informação sobre o conflito. Os pesquisadores são controlados e ameaçados. Os jornalistas são impedidos de realizar os seus trabalhos e alguns são presos. As redes sociais têm sido importante meio de comunicação, porém, nem sempre fundamentado e verdadeiro. O debate nas redes sociais satisfaz todo o tipo de posicionamentos.

Têm sido publicados vários estudos, realizados debates, nacionais e internacionais. Regra geral, existem quatro focos, relativamente comuns, que são os seguintes: (1) ligações regionais e internacionais relacionadas com o radicalismo islâmico; (2) factores internos que facilitam a intensificação e alastramento das acções militares (pobreza, etnias e acesso diferenciado aos poderes locais e a recursos); (3) incapacidade das forças de defesa e segurança em conter e neutralizar as acções armadas e de banditismo; (4) debilidade/fragilidade do Estado em manter a estabilidade política e social e a segurança dos cidadãos, a prestação de serviços e assegurar o funcionamento da economia (transportes, produção agrícola, etc.).

#### 4. RESUMO

Pode-se concluir que existe um conflito armado (guerra) de crescente violência de ambas as partes, com aumento da intensidade e do âmbito territorial, e que as relações de força no terreno são desfavoráveis às FDS. É lógico afirmar-se haver apoio aos insurgentes de parte da população, sobretudo de jovens e em algumas zonas predominantemente habitadas por macuas e mwanis. Porém, o conflito também acontece, mesmo que com menor intensidade, na zona tradicionalmente habitada por macondes.

E deduzível que, do lado dos insurgentes, existe um discurso reivindicativo, uma filosofia assente em versões radicais do islamismo, e que por parte do Governo e das FDS, não se vislumbra um discurso sustentado, o que coloca as duas partes em desequilíbrio motivacional e de moralização das forças combatentes. Por um lado, existem forças

aparentemente desestruturadas, mas com unidade de actuação, e, por outro, as FDS surgem debilitadas, desmotivadas, com deserções e desvios de bens logísticos.

O Governo parece optar por uma eventual e pouco provável solução militar. Não tem aceite o diálogo com outros agentes sociais do país e a resposta manifesta-se por mais repressão, controle da informação e, se necessário, a prisão e a agressão aos direitos humanos. Este *modus operandi* é próprio de exércitos em perda de forças operativas e de apoio popular, de quebra motivacional e moral combativa, e, mais importante, de regimes sem soluções, seja de natureza militar, seja de estratégia económica e de desenvolvimento, não somente para o conflito, como para o conjunto do país.

Existe, por razões diversas, grande preocupação dos moçambicanos face à situação de Cabo Delgado e o Governo não possui uma estratégia de comunicação, ou, a estratégia é não dar ou manipular a comunicação. Os partidos políticos da oposição não desenvolvem discursos críticos e alternativos.

A comunidade internacional, por diferentes motivos, mostra-se preocupada em função dos interesses económicos. Porém, poucos são os casos que revelam os seus posicionamentos e apoios ao Estado moçambicano, restando a manifestação de preocupação e apoio discursivo perante a realidade. Apesar da oferta de apoios militares, o Governo prefere contratar empresas de segurança (mercenários) cujos pagamentos são desconhecidos (valor, origem de fundos, modos de contratação, etc.).

São evidentes, mas ténues, as divergências no seio do poder, nomeadamente quanto ao envolvimento de forças estrangeiras representativas de algumas organizações internacionais ou de países, que já manifestaram disponibilidade para apoio letal e envio de forças militares. Igualmente, de forma camouflada, surgem escritos do interior do poder que referem falta de autoridade, estratégia e firmeza na actuação do Governo e das forças militares. Este conflito não está dissociado e tem reflexos nas diferentes forças no seio do poder, quanto à abordagem política e militar, que se pode repercutir na concorrência interna pelo controlo dos recursos e dos negócios envolventes.

As debilidades e fragilidades do Estado são manifestas, não apenas no teatro das operações militares, mas na capacidade de garantir a paz e a ordem, as condições para o funcionamento da economia e a prestação de serviços básicos aos cidadãos, a presença institucional em determinadas zonas e, finalmente, a vida das pessoas. Estes são os pressupostos para se verificar, nos territórios com conflito, as condições de um Estado militar e em risco de se transformar em Estado falhado.

## 5. LIÇÕES

Não se pode negligenciar os sinais de preparação de conflitos, na suposição que são grupos isolados de bandidos, sem organização, nem rosto, que não possuem motivações, nem filosofias que mobilizem cidadãos, e que não possuem base social.

Deve-se considerar que os conflitos, quando duráveis, ganham dinâmicas imprevisíveis com mudanças de filosofias, estratégias políticas e militares, bases sociais, retaguardas de apoio político, diplomático e logístico. É irresponsabilidade nacional (de Estado) reduzir o surgimento de situações de instabilidades a grupos de bandidos, insurgentes, inimigos, internos e externos, sem rosto, etc. Situações de instabilidade pontual, podem-se transformar em guerras prolongadas.

Não é acertado que o discurso da "unidade nacional", "moçambicanidade" e outros slogans, sirva para camuflar ou iludir que não existem diferenças na sociedade moçambicana aos diferentes níveis (étnicas, raciais, regionais, religiosas, económicas, de acesso recursos, de domínio do poder, etc.), algumas das quais de continuidades seculares (incluindo pré-coloniais) que são, ou podem ser, manipuladas para a sustentação de conflitos.

Os exércitos nacionais têm de ter condições para ser possível a prontidão e eficácia operacional, motivações políticas e ideológicas, comandos firmes e uma gestão logística transparente. As relações com o povo devem ser de constante mobilização e informação da natureza do conflito. Não vale a pena controlar a informação como se fosse tapar o sol com uma peneira.

É necessário prever e combater os conflitos com desenvolvimento inclusivo, com maior equidade social, territorial e étnica na distribuição de recursos (pequenos negócios, auto-emprego, crescente acesso a mais e melhores serviços públicos, maior prioridade à produção e segurança alimentar e geração de renda na agricultura). As soluções militares não são possíveis e, se o são, acarretam elevados custos humanos, materiais e financeiros, sem que se gerem processos de desenvolvimento.

Não adianta justificar a origem, as motivações e os agentes directos dos conflitos por razões externas ("inimigo externo"). Os conflitos possuem sempre factores internos e externos que, combinados, se reforçam mutuamente. Sendo as razões externas pouco dependentes e influenciáveis pelos poderes nacionais, importa eliminar os factores internos das crises. Neste caso, repita-se, são a pobreza, os fundamentos das diferentes acessibilidades e controle dos poderes, dos recursos, dos serviços básicos aos cidadãos e das oportunidades de negócio e de criação de renda e de investimento em iniciativas de pequena escala e geradoras de emprego.

A resolução dos conflitos não se limita ao calar das armas. Inclui uma efectiva reconciliação, onde as diferenças políticas, sociais, económicas, espaciais, raciais, étnicas, devem constituir os alicerces da riqueza de sociedades plurais unificadas por processos de desenvolvimento global inclusivo, construindo Estados unificados de várias nações.

Finalmente, é conhecido que as guerras criam riquezas para grupos de interesses nacionais e estrangeiros e têm, muitas vezes, razões e motivações de acesso aos recursos.

O conflito de Cabo Delgado não será exceção. A solução dos conflitos passa, necessariamente, por colocar o interesse nacional e das pessoas em primeiro e único lugar. Infelizmente, os conflitos articulam interesses geoestratégicos e económicos onde os grandes beneficiários são outros países e o capital internacional. As elites locais beneficiam de “amendoins”, desempenhando papéis contra os seus povos. Nesta perspectiva, é importante fragilizar os Estados e as suas forças de defesa e segurança e, em alguns casos, criar Estados falhados, na medida em que as instituições passam a servir os interesses do banditismo doméstico organizado em gangs dominadoras do Estado.